

# DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

## CARACTERÍSTICAS E CONCEPÇÕES DE ENSINO

Leandro de Melo Beneli - Faculdade Anhanguera de Campinas - unidades 3 e 4

**RESUMO:** Presente trabalho tem como objetivo discutir sobre a didática no ensino a distância (EAD) e as possibilidades do docente no processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, realizou-se a conceituação de didática para posteriormente inseri-la no EAD, que surgiu oficialmente através do artigo 80 da Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foram apresentadas características do discente, reforçada necessidade de planejamento dos estudos daqueles que se utilizam dessa metodologia em busca do conhecimento. Por fim, abordou-se atuação dos profissionais envolvidos no processo de ensino e criação de materiais para execução das disciplinas do EAD, com algumas concepções pedagógicas. Conclui-se que a didática é de extrema importância para o EAD, tendo em vista as necessidades dos estudantes na busca pelo conhecimento. Entretanto, torna-se importante o planejamento tanto do professor quanto do aluno para que o processo de ensino-aprendizagem efetue de forma eficiente, pois ambos participam dessa ação pedagógica.

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss the didactic education to distance learning (ODL) and the possibilities of teachers in the teaching-learning process. Therefore, there was the concept of teaching to later insert it into EAD, which came officially through Article 80 of Law No. 9394 - Law of Guidelines and Bases of National Education. Characteristics of the students were presented, reinforced the need for planning studies of those who use this methodology in the pursuit of knowledge. Finally, we dealt with actions of professionals involved in teaching and creating materials for implementing the disciplines of EAD, with some pedagogical concepts. It is concluded that the teaching is of utmost importance for the DL, keeping in view the needs of students in the pursuit of knowledge. However, it is important to plan both the teacher and the student so that the teaching-learning process perform efficiently, as both participate in this educational action.

**PALAVRAS-CHAVE:**  
Ensino a Distância; Didática;  
docente.

**KEYWORDS:**  
Distance Learning, Didactic,  
teaching.

*Artigo Original*  
Recebido em: 13/02/2013  
Avaliado em: 29/07/2013  
Publicado em: 04/06/2014

*Publicação*  
Anhanguera Educacional Ltda.

*Coordenação*  
Instituto de Pesquisas Aplicadas e  
Desenvolvimento Educacional - IPADE

*Correspondência*  
Sistema Anhanguera de  
Revistas Eletrônicas - SARE  
rc.ipade@anhanguera.com

## 1. INTRODUÇÃO

Nesse trabalho será apresentada uma breve discussão relacionada aos aspectos que envolvem o processo de ensino-aprendizagem do ensino a Distância (EAD), demonstrando a legislação a partir da qual se tornou oficial essa modalidade de ensino, tendo seu foco nas questões didáticas necessárias para a efetivação desse processo, bem como as características dos alunos e do planejamento para efetivação dos estudos, além da prática docente com intuito de satisfazer as necessidades dos estudantes.

Evidencia-se atualmente um grande crescimento do ensino a distância, o que demonstra a necessidade de mudanças nos currículos e na preparação de profissionais capazes de ministrar os conteúdos e as disciplinas para um público cada vez mais interativo e conectado com as mudanças no cenário mundial.

Evidentemente, por ser uma área de atuação nova, existe a necessidade de mais trabalhos e pesquisas científicas na busca por intensificar a discussão em torno dessa temática. Não obstante, o presente trabalho possibilita uma breve apresentação sobre a didática no EAD que certamente, ampliará ainda mais suas possibilidades no ensino superior.

Nos últimos anos observa-se um grande crescimento do EAD, não obstante, de acordo com Moran (2012) muitas instituições foram fechadas por não seguirem os padrões mínimos de qualidade, e reforça que os motivos principais decorrem da ideia de que essa modalidade poderia ser uma saída mais barata e simples para as instituições. Estão envolvidos, desse modo, diversos aspectos, e destaca-se para esse estudo a qualidade docente. Diante disso, o problema do presente estudo é a qualificação do docente do EAD e a discussão sobre a didática no processo de ensino e aprendizagem, que influencia de forma significativa na qualidade dos cursos.

O objetivo geral deste trabalho é discutir sobre a didática no EAD, sobretudo, no que tange o papel dos docentes no processo de ensino-aprendizagem, partindo da linha de pesquisa dos fundamentos teóricos, políticos e qualidade nos cursos à distância.

O objetivo específico é demonstrar o crescimento dessa modalidade de ensino no Brasil e sua fundamentação legal, além de apresentar de forma sucinta as necessidades e características dos discentes.

Para desenvolvimento do presente estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica através da leitura de artigos científicos, livros relativos à temática, além de outros materiais que possibilitaram o uso destas informações com intuito de atingir os objetivos propostos.

---

## 2. O ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Nesse tópico será abordado de forma breve aspectos sobre o ensino a distância, passando pelo histórico no mundo e no Brasil, posteriormente apontando alguns dados sobre essa

modalidade de ensino, e por fim apresentando as principais leis e normatizações que regem essa modalidade de ensino no Brasil.

Para contextualização do processo histórico do ensino a distância, será realizado um resgate cronológico a partir da divisão didática em três gerações discutidas a seguir. De acordo com Mattar (2011) já existiam registros de cursos de taquigrafia à distância oportunizados em anúncios de jornais desde o início do século XVIII, por volta de 1720. Não obstante, esse curso torna-se mais efetivo somente a partir do século XIX, a partir das diversas transformações na sociedade, sobretudo, na comunicação e transporte. Assim, a primeira geração da educação a distância nasce a partir dos cursos por correspondência em que os materiais eram impressos e enviados pelo correio.

A segunda geração do EAD surge a partir da utilização de novas mídias como televisão, rádio, fitas de áudio e vídeo e telefone. Destaca-se nesse período a criação das Universidades Abertas que utilizaram essas formas de comunicação para o desenvolvimento do ensino.

Por fim de acordo com o autor supracitado a 3ª geração potencializou essa forma de ensino com a inserção de videotexto, do microcomputador, da tecnologia de multimídia, do hipertexto e de redes de computadores, como formas de promover o processo de ensino-aprendizagem, o que ficou denominado de EAD on-line.

Atualmente alguns estudiosos apontam que a tendência para as próximas gerações do ensino a distância perpassa pela utilização das redes sociais e outras ferramentas, conseqüentemente, estratégias de ensino relacionadas a essa temática como facebook, Orkut, youtube entre outras. Outra tendência é a criação de Ambientes Pessoais de Aprendizagem ou Personal Learning Environments (PLEs), permitindo maior integração entre o conhecimento e as novas gerações pela interatividade e construções próprias (MATTAR, 2011).

Sobre a história do EAD e as instituições que promoveram essa ação educacional no Brasil iniciada no início do século XIX com os cursos por correspondência, principalmente através de jornais. Posteriormente na década de 1920 insere-se a esse contexto o rádio, primeiramente com a Radio Escola e posteriormente com a Radio Monitor, e através desse meio de comunicação ampliam-se as possibilidades do EAD. Em 1941 é fundado o IUB - Instituto Universal Brasileiro que utilizava principalmente apostilas enviadas pelo correio e até os dias de hoje desenvolve o EAD no Brasil. Outro pioneiro do EAD no Brasil é o Instituto Universal Brasileiro - IUB, fundado em 1941 por um ex-sócio do Instituto Monitor, dedicando-se à formação profissional de nível elementar e médio. Posteriormente surgem outras instituições como SENAC e o SESC, Projeto SACI, Telecurso e mais recentemente a e-Tec que também desenvolviam programas e projetos de ensino a distância (MATTAR, 2011)

Em relação ao EAD no ano de 2005 encontrou-se os seguintes dados:

	Número de IES	Credenciadas à EAD	Total
Universidades	174	43,67%	76
Centros Universitários	110	13,63%	15
Faculdades	2036	1,81%	37

Fonte: Adaptado de IPAE- Instituto de Pesquisa Avançado em Educação – 2005

Em relação ao EAD envolvendo universidades, centros universitários e faculdades isoladas nas regiões geográficas do Brasil obtemos os seguintes indicadores

Região Norte	136	( 5,87%)
Região Nordeste	403	(17,37%)
Região Sudeste	1.122	(48,83%)
Região Sul	399	(17,20%)
Região Centro-Oeste	249	(10,37%)

Fonte: Adaptado de IPAE- Instituto de Pesquisa Avançado em Educação – 2005

Em relação aos aspectos legais que tangem a regulamentação do ensino a distancia no Brasil esta surge oficialmente a partir da legislação com o **artigo 80** da Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.

1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativo a cursos de educação a distância.

3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas. (BRASIL, 1996)

Posteriormente essa Lei foi normatizada pelo Decreto 2.494 (de 10 de fevereiro de 1998), pelo Decreto 2.561 (de 27 de abril de 1998) e pela Portaria Ministerial 301 (de 7 de abril de 1998). Com isso, os procedimentos de credenciamentos e oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica à distância.

Ainda relacionado a legislação no que tange a educação a distância foi publicada pelo Ministério da Educação, em outubro de 2001, através da Portaria 2.253, regulamentando a oferta de disciplinas a distância com total de até 20% da carga horária de cursos do ensino superior que já havia obtido o reconhecimento, entretanto, apontando que a oferta das disciplinas previstas nesse artigo deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos (MATTAR, 2011).

Com intuito de atualizar e normatizar o EAD no Brasil foi instituído o Decreto nº 5.622, publicado no D.O.U (Diário Oficial da União) de 20 de dezembro de 2005. Dois anos depois, o Decreto nº 6.303 foi editado para atualizar algumas questões do decreto anterior.

A seguir serão apontados alguns pontos importantes incluídas na legislação e normatização do EAD:

- Instituição de Ensino Superior com autonomia universitária não necessita de autorizações para ofertar novos cursos superiores, uma vez que esteja credenciada para EAD, em sua sede.
- O ato de credenciamento definirá a abrangência de sua atuação no território nacional.
- Os cursos de Medicina, Odontologia, Psicologia e Direito deverão ser submetidos, prévia e respectivamente, à manifestação do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- A duração mínima de um curso não poderá ser inferior à definida na modalidade presencial.
- O controle de frequência será definido no projeto pedagógico.
- As equivalências e aproveitamentos são garantidos para os alunos.
- Colaboração com os Sistemas Estaduais: “Banco Nacional de Informação”, com dados sobre educação a distância.
- Participação dos alunos nas avaliações do SINAES.
- Garantia de condições análogas às da sede para atendimento dos alunos em polos remotos (MATTAR, 2011, p. 5).

Percebe-se a importância do EAD, sobretudo, pela possibilidade de difusão do conhecimento e oportunização para um público distante dos grandes centros e ávidos pela profissionalização e pelo conhecimento. Não obstante, essa proposta passou pela tramitação legal e a partir das exigências, pode propagar e disseminar essa forma de difundir o conhecimento para todo o Brasil. Atualmente o EAD cresce a proporções maiores que o ensino presencial, também pela qualidade e propostas curriculares, mas sobretudo, pelas mudanças no cenário nacional e internacional, com o aumento da eficiência dos meios de comunicação.

---

### 3. A DIDÁTICA NO EAD

A didática antes de se tornar objeto de sistematização e se constituir com teoria específica da educação, já era utilizada com intuito de ensinar algo para outros. (ROESLER, 2011). Para Feldman (2002), o ponto fundamental em relação a essa área é: “como ensinar?” ou “como ajudar a aprender?”. E deveria ser complementada pela pergunta: “como ajudar a que muitos ensinem?”.

Sobre a didática Libâneo (2013, p.52) descreve que é:

[...] uma das disciplinas da Pedagogia que estuda o processo de ensino através dos seus componentes – os conteúdos escolares, o ensino e a aprendizagem – para, com o embasamento numa teoria da educação, formular diretrizes orientadoras da atividade profissional dos professores. É, ao mesmo tempo, uma matéria de estudo fundamental na formação profissional dos professores e um meio de trabalho do qual os professores se servem para dirigir a atividade de ensino, cujo resultado é a aprendizagem dos conteúdos escolares pelos alunos.

Libâneo (2013) ao discutir sobre a didática como prática de ensino define como conjunto de procedimentos destinados a dirigir a aprendizagem do educando da maneira mais eficiente possível. Demonstra ainda suas características relacionadas às formas e as condições do ensino, os fatores reais e as relações da docência e da aprendizagem, ou seja, a “didática é, está a caminho de ser, uma ciência e uma tecnologia que se constrói, com base na teoria e na prática, em ambientes organizados de relação e comunicação intencional, nos quais se desenvolvem processos de ensino e de aprendizagem para a formação do aluno” (ANTOLI, 2005, p. 84).

Como apontado anteriormente a educação a distância no Brasil surgiu oficialmente a partir da legislação com o artigo 80 da Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Após a implementação legal da educação a distância o desafio voltou-se para a aproximação dos aspectos relacionados ao campo da didática nesse modelo de ensino.

Otto Peters (2001, p. 18) afirma que a didática do ensino a distância tem suas práticas e princípios teóricos.

[...] na tradição do ensino acadêmico, na didática do ensino superior, na didática da educação de adultos e da formação complementar, na pesquisa empírica do ensino e da aprendizagem, na tecnologia educacional, em resultados científico-sociais específicos e na didática geral.

Diante desse contexto, torna-se extremamente importante considerar o perfil do aluno que utiliza o ensino a distância para sua formação. Roesler (2011, p. 5) descreve que “pela maturidade que apresenta, seu senso crítico é apurado e tem condições de realizar um curso de forma autônoma e por meio da autoaprendizagem. Por isso, é exigente na metodologia de ensino proposta pela instituição a que está vinculado”.

Por conta desses aspectos, uma proposta pedagógica e a didática do ensino a distância devem levar em consideração a diversificação dos currículos e a personalização dos alunos inseridos na sociedade em rede, pois estes necessitam aprender-a-aprender através da criação, participação por meios ativos.

A demanda de formação não apenas conhece um enorme crescimento quantitativo, ela sofre também uma profunda mutação qualitativa no sentido de uma necessidade crescente de diversificação e de personalização. Os indivíduos toleram cada vez menos seguir cursos uniformes ou rígidos que não correspondem a suas necessidades reais e a especificidade de seu trajeto de vida. (LEVY, 1999, p. 169).

Por outro lado, os discentes devem estabelecer estratégias para o cumprimento dos estudos e do cronograma estipulado pela instituição que escolheram, pois os períodos são flexíveis, e dessa forma essa metodologia caracteriza-se pelo estímulo da auto-aprendizagem

e da auto-gestão do conhecimento, pois os alunos necessitam dedicar-se nos estudos de maneira individual, evidentemente com suporte da instituição, através da mediação humana viabilizada pelas relações comunicacionais.

Assim, os alunos necessitam de um planejamento educacional, ou seja, estabelecer algumas ações que permitam desenvolver de forma satisfatório o seu aprendizado. Dentre estas ações relativas ao planejamento e gestão da aprendizagem pelo aluno destacam-se: determinar um horário (rotina) para efetivação das leituras e estudos, elaborar uma estratégia de estudo que promova o cumprimento das atividades educativas no período de tempo que lhes foi conferido, elencar objetivos gerais e específicos a fim de orientar o processo de ensino-aprendizagem. Em resumo, o discente deve exercer a disciplina e a autogestão dos seus estudos, de maneira que consiga cumprir as ações pedagógicas requeridas para as disciplinas.

---

#### 4. POSSIBILIDADE DA AÇÃO DOCENTE NO EAD

Já em relação ao papel do professor no ensino a distância e o uso da comunicação como mecanismo de efetivar o processo de ensino-aprendizagem com o aluno, Roesler (2011, p. 6) aponta que:

No primeiro caso, o professor elabora os materiais para a sala virtual com a intenção de emitir aos alunos uma mensagem educativa sobre determinado tema ou assunto. No segundo caso, o professor atua como agente de interlocução e mediador entre os alunos que participam dos ambientes de aprendizagem. A comunicação educativa é o mecanismo que oportuniza a mediação humana entre os sujeitos do processo ensino aprendizagem, pois, ao atuar efetivamente como mediador, o educador promove a interação indispensável da aprendizagem entre os alunos e entre estes e os materiais de estudo.

Para tanto, o docente e a instituição de ensino devem se pautar em uma concepção de ensino para balizar o planejamento e o desenvolvimento da proposta pedagógica. De acordo com Roesler (2011) observam-se algumas concepções pedagógicas que serão caracterizadas a seguir.

A concepção comportamentalista baseia-se na instrução individualizada, características da estrutura didáticas e dos materiais utilizados, com intuito de estabelecer a instrução programada, na qual o EAD adaptou-se à teoria do comportamento observável, de Burrhus Frederic Skinner, ao aderir à Instrução Programada (ARETIO, 2002). Caracteriza-se pela formulação de objetivos de aprendizagem mensuráveis e a organização dos instrumentos de avaliação a partir dos níveis de obtenção de resultados verificáveis, e utiliza exercícios de estímulo e respostas para guiar o processo de ensino aprendizagem.

Outra concepção observada é o construtivismo, balizada pela proposta de construção do conhecimento, na qual o discente é estimulado a buscar soluções para problemas evidenciados, e posteriormente confrontando com as soluções que seus colegas alcançaram.

Por última destaca-se a concepção sociointeracionista, que busca a concretização da aprendizagem através da cooperação, ou seja, na colaboração e na troca de experiências coletivas, e possui sua principal referência em Leon Vygotsky (2001), atento à natureza social do ser humano que, desde o berço, vive rodeado por seus pares em ambiente impregnado de cultura, defendeu que o próprio desenvolvimento da inteligência é produto dessa convivência.

Diante dessas, concepções, apresentadas brevemente, cabe ao professor buscar a concepção mais adequada para o desenvolvimento dos materiais didáticos utilizados, das atividades avaliativas, além de apresentar princípios como a navegabilidade, a intertextualidade, a interatividade e a conectividade, como forma de oportunizar percursos autônomos, com intuito de aumentar a satisfação dos estudantes que optarem por essa forma de estudos e de formação profissional.

Não obstante, independente da concepção adotada, o processo de ensino-aprendizagem para sua real concretização, seja no EAD ou no ensino presencial necessita de uma comunicação bilateral aluno-professor efetivamente educativa, ou seja, não basta disponibilizar o material didático pedagógico, pois a aprendizagem permeia o reforço na relação com aluno e cabe ao docente realizar as devidas intervenções pedagógicas, garantindo eficiência desse processo.

A prática de transmissão e/ou reprodução da informação ocorre no ensino a distância já há algum tempo, e de acordo com Nova e Alves (2003) estes sujeitos que estão atuando também no EAD reproduzem sua prática como se estivessem em uma sala convencional, não levando em conta as especificidades desse ambiente.

Sobre a postura do professor e algumas práticas adotadas, Levy (1999, p.169) aponta que:

É preciso superar a postura ainda existente do professor transmissor de conhecimentos. Passando, sim, a ser aquele que imprime a direção que leva à apropriação do conhecimento que se dá na interação. Interação entre aluno/professor e aluno/aluno, valorizando-se o trabalho de parceria cognitiva; (...) elaborando-se situações pedagógicas onde diversas linguagens estejam presentes. As linguagens são, na verdade, o instrumento fundamental de mediação, as ferramentas reguladoras da própria atividade e do pensamento dos sujeitos envolvidos.

Assim, o professor deve agir como mediador do processo de ensino-aprendizagem e não como um transmissor de informações e conteúdos. Cabe ao professor permitir que o aluno possa ampliar seu conhecimento, buscando cada vez mais autonomia, tornando-os críticos e ativos no processo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação a distancia é uma forma de ensino cada vez mais presente na sociedade, devido a diversos fatores. Dessa forma, a busca pela qualificação profissional, sobretudo, pela intensificação do conhecimento a partir da didática evidencia uma grande possibilidade para os docentes do ensino superior. Diante disso, esse trabalho buscou apresentar e discutir alguns aspectos relacionados a essa área de atuação, destacando algumas concepções pedagógicas que permitem a prática docente com maior qualidade.

Conclui-se que a didática é de extrema importância para o EAD, tendo em vista as necessidades dos estudantes dessa modalidade na busca pelo conhecimento. Entretanto, torna-se importante o planejamento tanto do professor quanto do aluno para que o processo de ensino-aprendizagem se efetue de forma eficiente, pois ambos são participantes dessa ação pedagógica.

---

## REFERÊNCIAS

- ANTOLI, V. B. A didática como espaço e área do conhecimento: fundamentação teórica e pesquisa didática. In: FAZENDA, I. C. A. Didática e interdisciplinaridade. São Paulo: Papirus, 2005.
- ARETIO, L. G. La educación a distancia. Barcelona: Ariel, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- FELDMAN, D. Reconceptualizaciones en el campo de la didáctica. In: Didáticas e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 1999.
- LIBÂNEO, J. C. Didática. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MATTAR, João. Educação A Distância no Brasil e no Mundo. Departamento de Extensão e Pós-Graduação. Anhanguera Educacional, 2011.
- MORAN, José Manoel. Fundamentos políticos e legislação em EaD. Departamento de extensão e pós-graduação. Anhanguera Educacional, 2011.
- NOVA, C.; ALVES, L. Educação a distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: Futura, 2003, p. 5-27.
- PETERS, O. Didática do ensino a distância: experiências e estágio da discussão numa visão internacional. Tradução Ilson Kayser. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- ROESLER, J. Os parâmetros legais para uma educação a distância de qualidade. Pós-Graduação 2011. Leitura Fundamental. Aula 3 - A Didática Como Indicador de Qualidade da Ead, 2011.
- VIGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.